A Relação entre a Política Nacional de Defesa, a Política Nacional de Inteligência e a Política Externa Brasileira

Juliano da Silva Cortinhas
IREL / UnB

Diplomacia, Defesa e Inteligência

TRÊS PRESSUPOSTOS BÁSICOS

- Em termos gerais, tanto a Defesa quanto a Diplomacia são instrumentos de Política Externa.
  - “A Guerra é a continuação da Política com outros meios” (CLAUSEWITZ, 1832)
- Sem inteligência, não há boas decisões em nenhuma área. A boa decisão depende de boas informações!
- Na Defesa, decidir bem é essencial para garantir a segurança.
  - Racionalidade é um conceito fundamental das teorias tradicionais de Relações Internacionais.
  - Incerteza é uma das principais causas de conflitos.

PND e PNI

- Os documentos condicionantes da política de defesa e da política de inteligência são a PND e a PNI. Quanto à política externa, não há um documento específico, mas há muita literatura a respeito do tema. Nas três áreas, o Brasil pauta sua atuação pelo cumprimento de normas, estejam elas na Constituição Federal, em tratados internacionais ou em acordos multilaterais. Isso fica claro nas primeiras frases dos documentos:

- "O Brasil privilegia a paz e defende o diálogo e as negociações para a solução das controvérsias entre os Estados. Os eventos que marcam a história do País atestam tal postura e fundamentam o seu posicionamento nas relações externas" (PND, 2016, p. 4).

- "A Política Nacional de Inteligência (PNI), documento de mais alto nível de orientação da atividade de Inteligência no País, foi concebida em função dos valores e princípios fundamentais consagrados pela Constituição Federal, das obrigações decorrentes dos tratados, acordos e demais instrumentos internacionais de que o Brasil é parte, das condições de inserção internacional do País e de sua organização social, política e econômica" (PNI, 2016).

Comparando as estruturas

PNI

1 Introdução

2 Pressupostos da Atividade de Inteligência

3 O Estado, a Sociedade e a Inteligência

4 Os Ambientes Internacional e Nacional

5 Instrumentos

6 Principais Ameaças

7 Objetivos da Inteligência Nacional

8 Diretrizes

PND

1 Introdução

2 O Contexto da Política Nacional de Defesa

- 2.1 Fundamentos
- 2.2 O ambiente nacional
- 2.3 O ambiente internacional

3 Concepção Política da Defesa

4 Objetivos Nacionais de Defesa

5 Considerações Finais

Algumas semelhanças

PNI

- "A conjuntura mundial tem alterado a percepção e a conduta dos Estados nacionais, das organizações e dos indivíduos, realçando os chamados temas globais e transnacionais"

- "No campo político-militar, o País contribui para a estabilidade regional, a construção de consensos e a conciliação de interesses, por meio de iniciativas de integração sulamericana. Concorre para o êxito das operações de manutenção da paz da Organização das Nações Unidas (ONU) e dispõe-se a assumir novas responsabilidades no âmbito dessa organização".

PND

- "Em decorrência da globalização, os Estados têm-se desenvolvido e se tornado mais interdependentes, e associações político-econômicas de países se formam ou se fortalecem em busca de maior influência internacional. Os benefícios desse processo, contudo, não se distribuem equitativamente, deixando à margem países e regiões, o que resulta na elevação da taxa de desemprego e na volatilidade financeira, dentre outros efeitos adversos".

- Na concepção política de defesa, há ênfase na paz e na estabilidade, na solução pacífica de controvérsias e no repúdio a qualquer intervenção na soberania dos Estados. Além disso, citam-se a participação de organismos e operações internacionais. A ONU não é citada.

Algumas diferenças

PNI

- Enfoque mais específico.
- Diferenciação entre ambiente interno e internacional é mais "turva": "Cumpre ressaltar que a complexidade global já não permite clara diferenciação de aspectos internos e externos na identificação da origem das ameaças e aponta, cada vez mais, para a necessidade de que sejam entendidas, analisadas e avaliadas de forma integrada".
- Há declaração de ameaças: espionagem, sabotagem, interferência externa, ações contrárias à Soberania Nacional, ataques cibernéticos, terrorismo, atividades ilegais envolvendo bens de uso dual e tecnologias sensíveis, armas de destruição em massa, criminalidade organizada, corrupção, ações contrárias ao Estado Democrático de Direito.

PND

- Enfoque mais amplo, tratando de temas como indústria, desenvolvimento e vários princípios de política externa
- Clara diferenciação entre Defesa (conjunto de atitudes para a defesa contra ameaças preponderantemente externas) e Segurança Nacional (condição que inclui temas mais abrangentes, como garantias aos cidadãos).
- Planejamento por capacidades, enumeradas detalhadamente na Estratégia Nacional de Defesa.

Objetivos Nacionais

Inteligência

1. Acompanhar e avaliar as conjunturas interna e externa, assessorando o processo decisório nacional e a ação governamental;
2. Identificar fatos ou situações que possam resultar em ameaças, riscos ou oportunidades;
3. Neutralizar ações da Inteligência adversa;

Defesa

1. Garantir a soberania, o patrimônio nacional e a integridade territorial.
2. Assegurar a capacidade de Defesa, para o cumprimento das missões constitucionais das Forças Armadas
3. Salvaguardar as pessoas, os bens, os recursos e os interesses nacionais, situados no exterior.

Objetivos Nacionais

Inteligência

4. Proteger áreas e instalações, sistemas, tecnologias e conhecimentos sensíveis, bem como os detentores desses conhecimentos; e
5. Conscientizar a sociedade para o permanente aprimoramento da atividade de Inteligência.

Defesa

4. Contribuir para a preservação da coesão e unidade nacionais.
5. Contribuir para a estabilidade regional e para a paz e a segurança internacionais.
6. Contribuir para o incremento da projeção do Brasil no concerto das nações e sua inserção em processos decisórios internacionais.
7. Promover a autonomia produtiva e tecnológica na área de defesa.
8. Ampliar o envolvimento da sociedade brasileira nos assuntos de Defesa Nacional.

Considerações Finais

- Os documentos apresentam mais pontos em comum do que grandes divergências, que fundamentalmente não aparecem.
- A leitura dos documentos e das concepções políticas do Brasil em relação aos temas indicam que o país tem bom nível de reflexão sobre os assuntos, que são vistos como prioridade.
- Porém, uma análise da realidade de nossas capacidades e vulnerabilidades indica algo diferente.
- O Brasil não investe como deveria nessas áreas. Nossa inserção internacional está longe de ser uma prioridade, o que pode ser observado pela análise orçamentária (nos três casos) e do pessoal, principalmente no caso da inteligência e do Ministério da Defesa.
- É preciso avançar a partir de um amplo debate sobre a importância das áreas, pautado em uma reflexão aberta acerca de sua relevância para a sociedade brasileira.

MUITO OBRIGADO

JCORTINHAS@GMAIL.COM